

RELATÓRIO ANUAL 2021



EXPEDIENTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Ivo Campos Athayde

Presidente

Lúcio de Moura Chaves

Vice Presidente

Marco Antônio Mattar da Silva

Conselheiro Vogal

Israel Tomaz Ferreira

Conselheiro Vogal

Walter Roberto Costa Lima

Conselheiro Vogal

CONSELHO FISCAL

José Nelson Macedo

Coordenador do Conselho Fiscal

Maria de Fátima Magalhães Rocha

Conselheira Fiscal Efetiva

Charles Douglas de Magalhães

Conselheiro Fiscal Efetivo

Jorge Luiz Teodoro

Conselheiro Fiscal Suplente

Leopoldo Lúcio Lotti Vieira

Conselheiro Fiscal Suplente

André Luiz Santos Teixeira

Conselheiro Fiscal Suplente



ONDE ESTAMOS

SEDE

Rua Ouro Preto, 161,
4º andar, Barro Preto

Belo Horizonte – MG
CEP 30170-040

Tel.: (31) 3295-0461

PA FÓRUM – BARRO PRETO

Av. Augusto de Lima, 1549,
AL 177, Barro Preto

Belo Horizonte – MG
CEP 30190-002

Tel.: (31) 3275-4645

PA FÓRUM – RAJA

Av. Raja Gabágliã, 1753,
Térreo (entrada ao lado
do elevador da Torre 2),
Luxemburgo

Belo Horizonte – MG
CEP 30380-457

Tel.: (31) 3972-1858

ATENDIMENTO

Segunda à Sexta - 08h às 18h

 (31) 98792-1332

SUMÁRIO

04

NORTEADORES

05

MENSAGEM DO PRESIDENTE

06

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

08

PRODUTOS E SERVIÇOS

15

DIA DE COOPERAR

16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

28

NOTAS EXPLICATIVAS

55

RELATÓRIO DA AUDITORIA

58

PARECER DO CONSELHO FISCAL

59

GRÁFICOS



NORTEADORES

VALORES

- Democracia;
- Ética;
- Excelência no atendimento;
- Igualdade;
- Respeito;
- Responsabilidade social;
- Transparência;
- Sigilo e confidencialidade nos negócios.

MISSÃO

Proporcionar soluções financeiras com o objetivo de satisfazer às expectativas e necessidades econômicas e sociais dos cooperados.

VISÃO

Ser referência em instituição financeira que propicia, de forma eficiente, segurança, transparência e as melhores soluções econômico-financeiras.



MENSAGEM DO PRESIDENTE



**Ivo Campos
Athayde**
Presidente

Nunca fez tanto sentido reconhecer que somos vitoriosos. 2021 foi mais um ano de desafios, dificuldades e muitas lutas.

Ainda que marcados, chegamos até aqui. Seguimos nos reinventando, nos readaptando e descobrindo forças e potencialidades inimagináveis. E nos mantemos firmes para acolher e caminhar de mãos dadas com cada um de nossos cooperados, oferecendo sempre o apoio financeiro e as melhores soluções para atender suas necessidades.

Este relatório comprova o desenvolvimento do Sicoob Credjus, apoiado pelo comprometimento de nossos colaboradores, diretores e conselheiros. E destaco o mais importante: a confiança de cada um de nossos cooperados, a quem agradeço. Sigo desejando a união cada vez mais sólida do nosso quadro social com a cooperativa, que é de todos nós, servidores do judiciário mineiro. Acho importante enaltecer que temos uma instituição segmentada,

que foi criada e é administrada por servidores.

Pensando no futuro, implantamos a Previdência do Sicoob, uma modalidade de investimento que permite a construção de um patrimônio a longo prazo. O produto já encontra-se disponível, e novos serviços serão, em breve, introduzidos em nosso portfólio, para que todos os cooperados tenham acesso às vantagens exclusivas que o Sicoob Credjus oferece. Portanto, mantenha seu cadastro atualizado e acompanhe nossas divulgações.

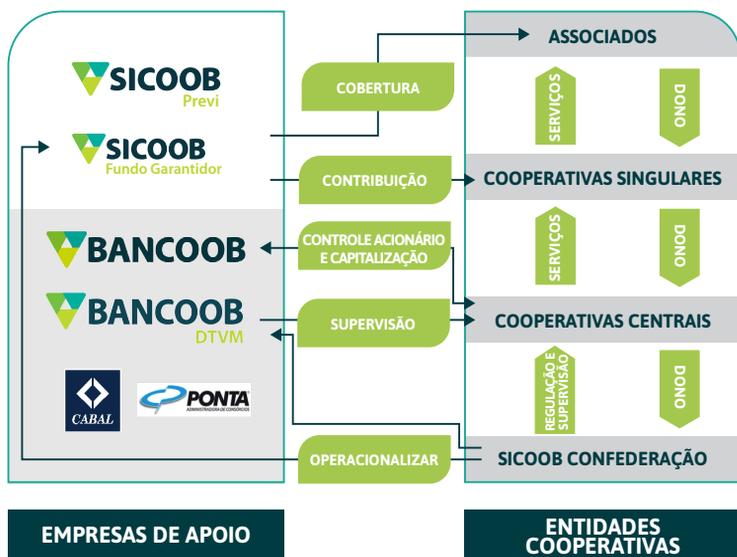
Nosso time segue atento, se especializando continuamente e se dedicando à formulação de estratégias para o enfrentamento dos desafios que diariamente se apresentam. E nosso empenho principal você, cooperado, já conhece: a busca pela excelência para melhor servi-lo. Sempre.

Saudações cooperativistas,

Ivo Campos Athayde



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



A cooperativa é associada/filiada ao:



AUTORIZADA E SUPERVISIONADA PELO:



FGCOOP

Fundo Garantidor do
Cooperativismo de Crédito



O que é o FGCoop?

- ▶ Um **fundo garantidor único** para todas as cooperativas de crédito do país.
- ▶ Mais **segurança** para os associados - depositantes e investidores - o FGCoop atuará na proteção dos depósitos nas cooperativas singulares e nos bancos cooperativos.
- ▶ Mais **segurança, credibilidade e competitividade** - É o que ganha o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) com a criação do FGCoop.
- ▶ **Diferencial** - além de terem a mesma garantia de depósitos dos bancos comerciais, os associados contam com um atendimento personalizado - pautado pelos princípios e valores do cooperativismo.

▶ **R\$250 MIL**

é o valor garantido pela FGCoop por depositante - tanto pessoa física quanto jurídica.

- ▶ Essa recuperação pode ocorrer em caso de intervenção ou liquidação judicial.



PRODUTOS E SERVIÇOS

LINHAS DE CRÉDITO

O **SICOOB CREDJUS** oferece linhas de crédito adequadas ao seu perfil e à sua necessidade, para que possa realizar seus sonhos, ou para aqueles momentos emergenciais.

Conheça as modalidades de empréstimos:

ANTECIPAÇÃO DE URV

Através de convênio com o Tribunal de Justiça financiamos, aos servidores ativos e inativos do TJMG, a antecipação de URV's.

Trata-se de adiantamento de quantias que lhe são devidas e somente seriam percebidas em parcelas futuras.

PESSOAL

Não possui destinação específica.

EXTRAORDINÁRIO

Sua finalidade é o pagamento de despesas, como: IPTU; IPVA; DPVAT; taxa de renovação de licenciamento anual de veículo; seguro de automóvel; mensalidades escolares do titular e/ou dependentes legais; nascimento de filho; falecimento de cônjuge, ou filhos.



FINANCIAMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS CONVENIADOS

Tem como finalidade financiar os serviços e a aquisição de produtos e bens duráveis dos cooperados, junto aos nossos conveniados.

EMERGENCIAL

Essa modalidade é concedida de forma mais rápida, para atender as necessidades de urgência e emergência.

OBS: O número de parcelas e o valor do empréstimo estão condicionados à margem consignável, informada pelo Tribunal de Justiça.

Escolha Viver Bem.



Previdência do Sicoob. Porque o seu futuro começa agora.

Para realizar projetos, para complementar sua renda e para planejar seu futuro, invista no plano de Previdência do Sicoob. Você começa hoje e, passo a passo, alcança seus objetivos. No Sicoob você tem mais vantagens e ainda contribui para o crescimento da sua região.

Escolha o plano de previdência Multi-Instituído.

- Taxa de administração reduzida.
- Cobertura dos riscos por morte ou invalidez.
- Benefício fiscal desde a adesão.

Fale com um de nossos atendentes:

(31) 3295-0461

 (31) 98792-1332

 **SICOOB**
Credjus

INVESTIMENTOS

Invista seus recursos no **Sicoob Credjus** e garanta excelente rentabilidade e total segurança!

RDC - PÓS CDI

Com o intuito de estimular o hábito de poupança dos cooperados, o **Sicoob Credjus** oferece o RDC - PÓS CDI modalidade com taxas de remuneração vinculadas às oscilações da economia do país.

APLIC-COOP

Aplicação financeira mensal programada, com desconto direto na folha de pagamento.

VANTAGENS



RENTABILIDADE: Superior à praticada no mercado financeiro;



SEGURANÇA: O **Sicoob Credjus** é uma Instituição financeira sólida, regulamentada pelo Banco Central do Brasil e ainda participa do FGCOOP, que garante até o valor de R\$250 mil reais por CPF;



COMODIDADE: A aplicação é debitada diretamente em folha de pagamento;



FLEXIBILIDADE: Após 30 dias, há possibilidade de resgate parcial, ou total, antecipado ao prazo estabelecido, sem perda do rendimento;



DIFERENCIAL: O investimento está sendo feito na sua cooperativa, você é um dos donos;



OPORTUNIDADE: Maior participação nas sobras "lucros", anualmente distribuídos, de acordo com a decisão da Assembleia Geral Ordinária.

KIT MATERNIDADE

O **Kit Maternidade** é oferecido ao recém nascido do cooperado. Saiba mais acessando o nosso site: www.sicoobcredjus.com.br



VANTAGENS E DIFERENCIAIS EXCLUSIVOS

O cooperado é dono e usuário da cooperativa;

- Tranquilidade em saber que é uma instituição criada e administrada pelos próprios servidores;
- Qualidade no atendimento;
- Participação nos resultados (sobras);
- Aumento indireto de seu poder aquisitivo;
- Operações de empréstimo com as menores taxas do mercado;
- Não cobramos taxas de abertura de crédito, ou cadastro;
- Maior rentabilidade nas aplicações financeiras;
- Acesso ao plano de saúde, seguros e diversos convênios.





Os resultados (sobras) retornam aos cooperados proporcionalmente às **SUAS OPERAÇÕES**.



Os dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao **NÚMERO DE AÇÕES**.



Cooperados do SICOOB CREDJUS têm vantagens exclusivas para contratar planos Unimed-BH

O Sicoob Credjus segue oferecendo sempre o que há de melhor aos seus cooperados. Por isso, os titulares e seus dependentes têm vantagens exclusivas com a Unimed-BH.

Se você ainda não tem um plano Unimed, faça já a sua adesão e a de seus dependentes. Se você já possui, consulte nossas condições de transferência.

Confira os principais benefícios e diferenciais do plano UNIPART FLEX ESTADUAL:

- Cobertura ambulatorial, hospitalar e obstétrica, conforme o rol da ANS;
- Acomodação em enfermaria, ou apartamento;
- Abrangência estadual;
- Atendimento nacional em casos de urgência e emergência;
- Acesso à Rede Própria e à Rede Ampla da Unimed-BH, com mais de 5.700 médicos cooperados e a maior e melhor rede credenciada.



Unimed 

ABRAÇAMOS O PROJETO “COMIDA QUE ABRAÇA”



No dia 24 de julho, mais uma edição do **Dia de Cooperar** foi realizada pelo **Sicoob Credjus**. Motivada a atuar em projetos que aliviem as dificuldades impostas pelo atual cenário de pandemia, a cooperativa apoiou o projeto **“Comida que Abraça”**, que ajuda a minimizar o sofrimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio da arrecadação de alimentos.

Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, cooperados, colaboradores e amigos, foram motivados e participaram da campanha, a fim de levar dignidade, esperança e alimento às mesas de quem tanto

necessita. Cerca de 350 pessoas das comunidades Castanheiras e Granja de Freitas, em Belo Horizonte, foram beneficiadas com aproximadamente 2 toneladas de itens de cesta básica.

Dia de Cooperar **comida que abraça**
ATITUDES SIMPLES
MOVEM O MUNDO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2021 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. – **SICOOB CREDJUS**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o **SICOOB CREDJUS** completou 19 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o **SICOOB CREDJUS** obteve um resultado antes das destinações e dos juros ao capital de R\$ 3.374.560,17 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 8,73%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 31.846.089,17 Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 40.711.225,30.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial

R\$ 40.711.225,30 100%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 12,99% da carteira, no montante de R\$ 5.290.204,72.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 35.416.646,47, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 5,83%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista

R\$ 2.739,33 0,01%

Depósitos a Prazo

R\$ 35.413.907,14 99,99%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 40,30% da captação, no montante de R\$ 14.273.456,53.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do **SICOOB CREDJUS** era de R\$ 37.378.828,10. O quadro de associados era composto por 5.179 cooperados, havendo um decréscimo de 0,88% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singu-

lar de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O **SICOOB CREDJUS** adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Coopera-

tiva adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2023, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal deverão participar de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais

e as formas de exercê-las. Os novos conselheiros que foram eleitos na AGO de 25/07/2020 – para o Triênio 2020/2023 estão cientes que deverão participar do curso tão logo o mesmo seja disponibilizado.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do **SICOOB CREDJUS** aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a Ouvidoria do **SICOOB CREDJUS** registrou a reclamação de 01 (uma) cooperada sobre o acesso de sua conta através do aplicativo para assinatura de contrato. A demandante informou que no mesmo dia foi resolvido e a reclamação foi julgada improcedente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho

de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a siste-

mas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte/MG, 25 de fevereiro de 2022.

Ivo Campos Athayde
Diretor Presidente

Lúcio de Moura Chaves
Diretor Administrativo

Marco Antônio Mattar da Silva
Diretor Financeiro

Israel Tomaz Ferreira
Conselheiro Vogal

Walter Roberto Costa Lima
Conselheiro Vogal

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

ATIVO	NOTAS	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	105.262,98	39.729,60
Instrumentos Financeiros		72.836.984,68	67.267.899,88
Relações Interfinanceiras Ativas		31.846.089,17	35.781.183,97
Centralização Financeira	4	31.846.089,17	35.781.183,97
Operações de Crédito	5	40.711.225,30	31.370.592,25
Outros Ativos Financeiros	6	279.670,21	116.123,66
(-) Provisões Para Perdas Esperadas Associadas Ao Risco De Crédito		(285.738,90)	(304.988,48)
(-) Operações De Crédito		(285.738,90)	(304.988,48)
Ativos Fiscais Correntes E Diferidos		-	2.389,69
Outros Ativos	7	308.498,55	122.095,97
Investimentos	8	2.419.119,44	2.124.415,20
Imobilizado De Uso	9	3.289.252,84	3.289.252,84
Intangível	10	56.926,52	56.926,52
(-) Depreciações E Amortizações		(872.651,85)	(690.976,07)
Total Do Ativo		77.857.654,26	71.906.745,15
PASSIVO		39.207.378,02	36.863.236,00
Depósitos	11	35.416.646,47	33.464.021,54
Depósitos À Vista		2.739,33	20.862,47
Depósitos A Prazo		35.413.907,14	33.443.159,07
Demais Instrumentos Financeiros	12	32.753,84	10.448,73
Outros Passivos Financeiros		32.753,84	10.448,73
Obrigações Fiscais Correntes E Diferidas	14	95.521,79	75.708,69
Outros Passivos	15	3.662.455,92	3.313.057,04
Patrimônio Líquido	16	38.650.276,24	35.043.509,15
Capital Social		26.961.322,31	23.652.826,43
Reservas De Sobras		10.444.694,89	9.427.776,19
Sobras Ou Perdas Acumuladas		1.244.259,04	1.962.906,53
Total Do Passivo E Patrimônio Líquido		77.857.654,26	71.906.745,15

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

DSP	NOTAS	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos E Receitas Da Intermediação Financeira		4.205.672,47	7.689.354,57	7.696.752,61
Operações de Crédito	19	3.174.812,79	6.173.008,28	6.956.349,29
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.030.857,57	1.516.344,18	740.403,32
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		2,11	2,11	-
Dispêndios E Despesas Da Intermediação Financeira	20	(1.127.281,25)	(1.522.410,16)	(480.890,57)
Operações de Captação no Mercado		(1.088.057,35)	(1.541.659,74)	(895.890,12)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(39.223,90)	19.249,58	414.999,55
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira		3.078.391,22	6.166.944,41	7.215.862,04
Outros Ingressos E Receitas/Dispêndios E Despesas Operacionais		(1.401.744,65)	(2.718.974,83)	(2.291.420,83)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	21	185.825,71	340.952,57	291.833,31
Dispêndios e Despesas de Pessoal	22	(998.985,71)	(1.962.489,66)	(1.805.361,39)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	23	(447.977,05)	(887.143,11)	(806.263,10)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(32.255,25)	(62.605,11)	(56.661,73)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	24	13.179,79	85.064,53	141.544,45
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	25	(121.532,14)	(232.754,05)	(56.512,37)
Resultado Operacional		1.676.646,57	3.447.969,58	4.924.441,21
Outras Receitas E Despesas	26	-	(393,58)	1.837,05
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	-	(601,72)
Ganhos de Capital		-	-	2.611,55
(-) Perdas de Capital		-	(393,58)	(172,78)
Sobras Ou Perdas Antes Da Tributação E Participações		1.676.646,57	3.447.576,00	4.926.278,26
Imposto De Renda E Contribuição Social		(31.798,57)	(48.152,33)	(50.722,16)
Imposto de renda Sobre Atos Não Cooperados		(13.627,96)	(21.804,84)	(25.361,08)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(18.170,61)	(26.347,49)	(25.361,08)
Participações Nas Sobras		(7.763,50)	(24.863,50)	(33.981,53)
Sobras Ou Perdas Do Período Antes Das Destinações E Dos Juros Ao Capital		1.637.084,50	3.374.560,17	4.841.574,57
Juros Ao Capital		(542.576,37)	(752.576,37)	(357.866,42)
Sobras Ou Perdas Do Período Antes Das Destinações		1.094.508,13	2.621.983,80	4.483.708,15

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

DRA	2º SEM. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Sobras/Perdas Líquidas	1.637.084,50	3.374.560,17	4.841.574,57
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Total Do Resultado Abrangente	1.637.084,50	3.374.560,17	4.841.574,57

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva		
Saldo em 31/12/2019	20.064.354,24	-	7.682.970,38	1.643.577,52	29.390.902,14
Outros Ajustes	873.824,48				873.824,48
Destinações de Sobras Exercício Anterior:					-
Distribuição de sobras para associados - Integralizado	1.643.577,52			(1.643.577,52)	-
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização	2.153.270,23				2.153.270,23
Por Devolução (-)	(2.155.931,09)				(2.155.931,09)
Estorno de Capital	(30,00)				(30,00)
Sobras ou Perdas do Período				4.841.574,57	4.841.574,57
Remuneração de Juros ao Capital Próprio					-
Provisão de Juros ao Capital				(357.866,42)	(357.866,42)
Juros ao Capital Subscrito - Líquido	1.073.761,05				1.073.761,05
Destinações das Sobras do Período:					-
Fundo de Reserva			1.744.805,81	(1.744.805,81)	-
FATES - Atos Cooperativos				(654.302,18)	(654.302,18)
FATES - Atos Não Cooperativos				(121.693,63)	(121.693,63)
Saldo em 31/12/2020	23.652.826,43	-	9.427.776,19	1.962.906,53	35.043.509,15

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva		
Destinações de Sobras Exercício Anterior:					-
Distribuição de sobras para associados - Pago				(26.159,40)	(26.159,40)
Distribuição de sobras para associados - Integralizado	1.936.747,13			(1.936.747,13)	-
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização	4.027.514,18				4.027.514,18
Por Devolução (-)	(1.466.785,69)				(1.466.785,69)
Estorno de Capital	(1.936.747,13)				(1.936.747,13)
Reversões de Fundos				100.225,51	100.225,51
Sobras ou Perdas do Período				3.374.560,17	3.374.560,17
Remuneração de Juros ao Capital Próprio					-
Provisão de Juros ao Capital				(752.576,37)	(752.576,37)
Juros ao Capital Subscrito - Líquido	747.767,39				747.767,39
Destinações das Sobras do Período:					-
Fundo de Reserva			1.016.918,70	(1.016.918,70)	-
FATES - Atos Cooperativos				(381.344,51)	(381.344,51)
FATES - Atos Não Cooperativos				(79.687,06)	(79.687,06)
Saldo em 31/12/2021	26.961.322,31		10.444.694,89	1.244.259,04	38.650.276,24

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Acumuladas	
Saldo em 30/06/2021	25.695.339,63	(60,00)	9.427.776,19	1.527.475,67	36.650.531,49
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização	1.047.051,68	60,00			1.047.111,68
Por Devolução (-)	(528.836,39)				(528.836,39)
Estorno de Capital					-
Reversões de Fundos				100.225,51	100.225,51
Sobras ou Perdas do Período				1.637.084,50	1.637.084,50
Remuneração de Juros ao Capital Próprio					-
Provisão de Juros ao Capital				(542.576,37)	(542.576,37)
Juros ao Capital Subscrito - Líquido	747.767,39				747.767,39
Destinações das Sobras do Período:					-
Fundo de Reserva			1.016.918,70	(1.016.918,70)	-
FATES - Atos Cooperativos				(381.344,51)	(381.344,51)
FATES - Atos Não Cooperativos				(79.687,06)	(79.687,06)
Saldo em 31/12/2021	26.961.322,31	-	10.444.694,89	1.244.259,04	38.650.276,24

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas Líquidas Antes Das Destinações	1.676.646,57	3.447.576,00	4.926.278,26
Outros Ajustes	-	-	873.824,48
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(52.319,86)	-
Provisões / Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	39.223,90	(19.249,58)	(414.999,55)
Perdas Por Redução Ao Valor Recuperável De Ativos De Uso	3.966,30	7.932,60	2.092,03
Depreciações E Amortizações	86.868,29	173.743,18	173.720,45
	1.806.705,06	3.557.682,34	5.560.915,67
Aumento (Redução) Em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	(6.808.193,06)	(9.340.633,05)	3.930.556,69
Outros Ativos Financeiros	(123.754,23)	(163.546,55)	(10.510,46)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	-	2.389,69	(2.389,69)
Outros Ativos	269.185,19	(186.402,58)	1.653.739,00
Aumento (Redução) Em Passivos Operacionais			
Depósitos a Vista	560,56	(18.123,14)	20.862,47
Depósitos a Prazo	894.773,15	1.970.748,07	2.674.882,07
Outros Passivos Financeiros	(59.509,68)	22.305,11	3.292,33
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	28.576,86	19.813,10	(2.149,82)
Outros Passivos	(76.000,12)	(428.040,99)	(444.937,64)
FATES - Atos Cooperativos	(381.344,51)	(381.344,51)	(654.302,18)
FATES - Atos Não Cooperativos	(79.687,06)	(79.687,06)	(121.693,63)
IRPJ e CSLL pagos	(31.798,57)	(48.152,33)	(50.722,16)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)**

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Líquido Aplicado / Originado Em Atividades Operacionais	(4.560.486,41)	(5.072.991,90)	12.557.542,65
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Sobras da Central	-	52.319,86	-
Aquisição de Intangível	3.966,30	7.932,60	(30.863,97)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.966,30)	(7.932,60)	(3.039,21)
Aquisição de investimentos	-	(294.704,24)	(383.463,77)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(0,00)	(242.384,38)	(417.366,95)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.047.111,68	4.027.514,18	2.153.270,23
Devolução de Capital à Cooperados	(528.836,39)	(1.466.785,69)	(2.155.931,09)
Estorno de Capital	-	(1.936.747,13)	(30,00)
Destinação de Sobras Para Associados	-	(26.159,40)	-
Juros ao Capital Subscrito - Líquido	747.767,39	747.767,39	1.073.761,05
Reversões de Fundos	100.225,51	100.225,51	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.366.268,19	1.445.814,86	1.071.070,19
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.194.218,22)	(3.869.561,42)	13.211.245,89
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	35.145.570,37	35.820.913,57	22.609.667,68
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	31.951.352,15	31.951.352,15	35.820.913,57
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.194.218,22)	(3.869.561,42)	13.211.245,89

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. – **SICOOB CREDJUS** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 20/08/2001, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDJUS, sediado à RUA OURO PRETO, Nº 161, 4º ANDAR - BARRO PRETO, BELO HORIZONTE - MG, possui 02 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:

1. PA FÓRUM – BARRO PRETO - Av. Augusto de Lima nº 1.548 – 1º Andar – Sala AL 177 – Barro Preto – Belo Horizonte – Minas Gerais;

2. **PA FÓRUM – RAJA** – Av. Raja Gabália nº 1.753 – Térreo – Luxemburgo – Belo Horizonte – MG.

O **SICOOB CREDJUS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade,

especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 25/02/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de

novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimen-

tos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;

CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - **SICOOB CREDJUS** junto a seus associados, empregados e a comunidade estão contribuindo para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - **SICOOB CREDJUS**, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, das quais destacam-se:

- Obrigatoriedade de uso de máscaras nas dependências da cooperativa;
- Aferição da temperatura na entrada;
- Questionário de autoavaliação diário para os colaboradores;
- Álcool em gel em todos os setores;

- Totem de álcool em gel (pedal) na entrada da sede;
- Tapete sanitizante;
- Distanciamento dos colaboradores dentro da Sede;
- Alteração no horário de funcionamento;
- Concessão de férias a parte da equipe;
- Suspensão de reuniões e cursos presenciais na Sede ou fora dela;
- Home Office quando possível;
- Rodízio de funcionários através de escadas;
- Protetor facial;
- Protetor em acrílico para as mesas do setor de atendimento.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus

objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

e) Operações de crédito

Constituída em montante julgado As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito

pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais

ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação

judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo,

exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

w) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	105.262,98	39.729,60
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	31.846.089,17	35.781.183,97
TOTAL	31.951.352,15	35.820.913,57

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	1.030.857,57	1.516.344,18	740.403,32

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	7.564.120,64	33.147.104,66	40.711.225,30	6.364.478,55	25.006.113,70	31.370.592,25
Total de Operações de Crédito	7.564.120,64	33.147.104,66	40.711.225,30	6.364.478,55	25.006.113,70	31.370.592,25
(-) Provisões para Operações de Crédito	(285.738,90)	0,00	(285.738,90)	(304.988,48)	-	(304.988,48)
TOTAL	7.278.381,74	33.147.104,66	40.425.486,40	6.059.490,07	25.006.113,70	31.065.603,77

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo TD	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	9.690.293,27	9.690.293,27	0,00	967.771,99	0,00
A	0,5%	Normal	21.845.309,39	21.845.309,39	(109.226,55)	18.613.193,54	(93.065,97)
B	1%	Normal	5.406.821,09	5.406.821,09	(54.068,21)	6.143.720,82	(61.437,21)
B	1%	Vencidas	93.875,95	93.875,95	(938,76)	1.206.725,51	(12.067,26)
C	3%	Normal	3.593.795,66	3.593.795,66	(107.813,87)	3.689.452,35	(110.683,57)
C	3%	Vencidas	5.594,15	5.594,15	(167,82)	681.824,75	(20.454,74)
D	10%	Normal	60.611,10	60.611,10	(6.061,11)	57.231,46	(5.723,15)
D	10%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	9.033,58	(903,36)
E	30%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	1.219,88	(365,96)
F	50%	Normal	0,00	0,00	0,00	28,59	(14,30)
F	50%	Vencidas	14.924,69	14.924,69	(7.462,35)	0,00	0,00
G	70%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	389,78	(272,85)
Total Normal			40.596.830,51	40.596.830,51	(277.169,74)	29.471.398,75	(270.924,20)
Total Vencidos			114.394,79	114.394,79	(8.568,93)	1.899.193,50	(34.064,17)
Total Geral			40.711.225,30	40.711.225,30	(285.738,67)	31.370.592,25	(304.988,37)
Provisões			(285.738,90)	(285.738,90)		(304.988,48)	
Total Líquido			40.425.486,40	40.425.486,40		31.065.603,77	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	2.918.627,35	4.645.493,29	33.147.104,66	40.711.225,30
TOTAL	2.918.627,35	4.645.493,29	33.147.104,66	40.711.225,30

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2021	% da Carteira
Pessoa Física	40.711.225,30	40.711.225,30	100,00%
TOTAL	40.711.225,30	40.711.225,30	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	304.988,48	714.458,93
Constituições/Reversões no período	(19.249,58)	(409.470,45)
Transferência para prejuízo no período	-	-
Saldo Final	285.738,90	304.988,48

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	338.718,85	0,83%	211.772,92	0,68%
10 Maiores Devedores	2.984.246,37	7,33%	1.731.697,43	5,52%
50 Maiores Devedores	10.483.274,81	25,75%	6.430.245,20	20,50%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	108.840,07	108.840,07
Valor das operações transferidas no período	-	-
Valor das operações recuperadas no período	-	-
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	-
Saldo Final	108.840,07	108.840,07



6. Outros Ativos Financeiros

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a Receber	279.670,21	0,00	116.123,66	0,00
TOTAL	279.670,21	0,00	116.123,66	0,00

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 253.656,68) e outros (R\$ 26.013,53).

7. Outros Ativos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	12.823,76	0,00	5.794,47	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	1.445,79	0,00	1.807,41	0,00
Devedores Diversos – País (a)	293.125,36	0,00	113.887,46	0,00
Despesas Antecipadas	1.103,64	0,00	606,63	0,00
TOTAL	308.498,55	0,00	122.095,97	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Plano de Saúde a Receber (R\$ 116.770,81), e outros (R\$ 176.354,55);

8. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central de Crédito	2.419.119,44	2.124.415,20
TOTAL	2.419.119,44	2.124.415,20

(a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**.

9. Imobilizado de uso

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Edificações	4%	2.726.506,81	2.726.506,81
Móveis e equipamentos de Uso	10%	403.648,40	403.648,40
Sistema de Processamento de Dados	20%	102.115,28	102.115,28
Sistema de Segurança	10%	56.982,35	56.982,35
Total de Imobilizado de Uso		3.289.252,84	3.289.252,84
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(506.827,54)	(397.767,22)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(338.103,68)	(273.420,82)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(844.931,22)	(671.188,04)
TOTAL		2.444.321,62	2.618.064,80

10. Intangível

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	39.662,74	39.662,74
Outros Ativos Intangíveis	17.263,78	17.263,78
Total de Intangível	56.926,52	56.926,52
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(27.720,63)	(19.788,03)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(27.720,63)	(19.788,03)
TOTAL	29.205,89	37.138,49



11. Depósitos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	2.739,33	0,00	20.862,47	0,00
Depósito a Prazo (b)	35.413.907,14	0,00	33.443.159,07	0,00
TOTAL	35.416.646,47	0,00	33.464.021,54	0,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	1.857.910,76	5,28%	1.630.157,74	4,89%
10 Maiores Depositantes	10.104.359,46	28,72%	9.625.656,88	28,89%
50 Maiores Depositantes	20.555.734,20	58,43%	19.246.086,56	57,77%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.061.932,73)	(1.490.215,71)	(848.493,53)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(26.124,62)	(51.444,03)	(47.396,59)
TOTAL	(1.088.057,35)	(1.541.659,74)	(895.890,12)

12. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigação por Aquisição de Bens e Direitos	0,00	0,00	10.444,62	0,00
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	32.753,84	0,00	4,11	0,00
TOTAL	32.753,84	0,00	10.448,73	0,00

(a) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 32.732,02) e outros (R\$ 21,82).

13. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CREDJUS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	16.648,01	0,00	13.181,18	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	3.676,69	0,00	3.400,75	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	69.089,09	0,00	52.659,13	0,00
Outros	6.108,00	0,00	6.467,63	0,00
TOTAL	95.521,79	0,00	75.708,69	0,00



15. Despesas de intermediação financeira

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	3.172.469,69	0,00	2.873.689,99	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	397.257,57	0,00	355.136,33	0,00
Credores Diversos – Pais (c)	92.728,66	0,00	84.230,72	0,00
TOTAL	3.662.455,92	0,00	3.313.057,04	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	24.863,50	0,00	33.981,53	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	879.115,80	0,00	932.024,13	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	2.268.490,39	0,00	1.907.684,33	0,00
TOTAL	3.172.469,69	0,00	2.873.689,99	0,00

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 233.186,21) e outros (R\$ 164.071,36);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Valores a Repassar a Cooperativa Central (R\$ 21.912,17) e outros (R\$ 70.816,49).

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	26.961.322,31	23.652.826,43
Associados	5.179	5.225

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27/04/2021 os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** da seguinte forma:

- 100% para Conta Capital, no valor de R\$ 1.962.906,53 e em conformidade com a previsão estatutária vigente Art. 32 Inciso IV 50% dever ficar incorporado ao capital e o restante fica a critério de escolha do cooperado.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	2.621.983,80	4.483.708,15
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(79.687,06)	(121.693,63)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.542.296,74	4.362.014,52
Destinações Estatutárias		
Reserva legal - 40%	(1.016.918,70)	(1.744.805,81)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 15%	(381.344,51)	(654.402,28)
Reversões de Fundos	100.225,51	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.244.259,04	1.962.906,53



17. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	321.629,13	291.833,31
Despesas específicas de atos não cooperativos	(193.789,74)	(119.417,52)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos		-
Resultado operacional	127.839,39	172.415,79
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(48.152,33)	(50.722,16)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	79.687,06	121.693,63

18. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 80% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 752.576,37. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

19. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	0,00	8,42	40,29
Rendas de Empréstimos	3.174.812,79	6.172.999,86	6.956.309,00
TOTAL	3.174.812,79	6.173.008,28	6.956.349,29

20. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(1.088.057,35)	(1.541.659,74)	(895.890,12)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	64.498,23	185.000,62	794.373,42
Provisões para Operações de Crédito	(103.722,13)	(165.751,04)	(384.902,97)
TOTAL	(1.127.281,25)	(1.522.410,16)	(486.419,67)

21. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Outros Serviços	185.825,71	340.952,57	291.833,31
TOTAL	185.825,71	340.952,57	291.833,31

22. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(9.140,22)	(14.703,84)	(15.895,98)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(138.366,66)	(266.173,29)	(246.525,08)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(125.720,03)	(242.765,28)	(220.840,12)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(225.223,41)	(445.510,43)	(416.952,21)
Despesas de Pessoal - Proventos	(499.505,77)	(992.307,20)	(904.179,79)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(1.029,62)	(1.029,62)	(968,21)
TOTAL	998.985,71	(1.962.489,66)	(1.805.361,39)

23. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(7.937,60)	(17.385,18)	(17.869,51)
Despesas de Aluguéis	(1.094,07)	(2.040,81)	(1.729,59)
Despesas de Comunicações	(7.518,67)	(17.753,86)	(30.473,04)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(5.010,34)	(9.744,74)	(6.647,64)
Despesas de Material	(6.945,71)	(14.049,32)	(17.403,94)
Despesas de Processamento de Dados	(28.282,61)	(95.774,79)	(122.952,85)
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	0,00	(360,00)
Despesas de Seguros	(7.907,30)	(16.313,52)	(15.132,52)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(8.985,10)	(18.018,08)	(11.103,90)
Despesas de Serviços de Terceiros	(11.837,99)	(22.253,75)	(8.347,91)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(25.854,96)	(46.582,28)	(49.718,54)
Despesas de Transporte	(534,85)	(1.451,79)	(3.831,27)
Despesas de Depreciação	(86.868,29)	(173.743,18)	(173.720,45)
Outras Despesas Administrativas	(249.199,56)	(452.031,81)	(346.971,94)
TOTAL	(447.977,05)	(887.143,11)	(806.263,10)



24. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	11.204,85	29.499,82	61.379,17
Distribuição de sobras da central	0,00	52.319,86	0,00
Outras rendas operacionais	1.974,94	3.244,85	80.165,28
TOTAL	13.179,79	85.064,53	141.544,45

25. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	(117.565,84)	(224.821,45)	(54.420,34)
Perdas Por Redução Ao Valor Recuperável de Ativos de Uso	(3.966,30)	(7.932,60)	(2.092,03)
TOTAL	(121.532,14)	(232.754,05)	(56.512,37)

26. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos de Capital	0,00	0,00	2.611,55
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	0,00	0,00	(601,72)
(-) Perdas de Capital	0,00	(393,58)	(172,78)
TOTAL	0,00	(393,58)	1.837,05

27. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

28. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN n.º 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas

pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	150.326,55	0,6029%	1.423,65
TOTAL	150.326,55	0,6029%	1.423,65
Montante das Operações Passivas	1.181.226,17	5,5290%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
Empréstimos e Financiamentos	0,6029%
Aplicações Financeiras	5,5290%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	220.435,08	1.301,97	0,5415%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	3.108.044,21	8,7763%	0,7606%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo e empréstimos, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,1634%	60,88
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	100,0013%	24,02

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem

como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(138.366,66)	(266.173,29)	(123.262,54)	(246.525,08)

e) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2021	31/12/2020
192.695,18	214.160,84

29. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - **SICOOB CREDJUS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDJUS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	31.846.089,17	35.781.183,97
Ativo - Investimentos	2.419.119,44	2.124.415,20
Total das Operações Ativas	34.265.208,61	37.905.599,17

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.030.857,57	1.516.344,18	740.403,32
Total das Receitas	1.030.857,57	1.516.344,18	740.403,32
Rateio de Despesas da Central	(109.193,52)	(172.035,73)	(123.462,76)
Total das Despesas	(109.193,52)	(172.035,73)	(123.462,76)

30. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

30.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.



As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

30.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

30.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.
 - a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
 - a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;
 - a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;
 - a.5) aplicação de cenários de estresse;
 - a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

30.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
 - limite mínimo de liquidez;
 - fluxo de caixa projetado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.

- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

30.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

30.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

30.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo



Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

31. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

Belo Horizonte/MG, 25 de fevereiro de 2022.

MARCO ANTONIO MATTAR DA SILVA

Diretor Financeiro

MARCIA CRISTINA NEME ROSA

Contadora 080762-0



RELATÓRIO DA AUDITORIA

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. - **SICOOB CREDJUS**, Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda. – **SICOOB CREDJUS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SICOOB CREDJUS** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na

seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demons-



trações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o



ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar aten-

ção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG, 21 de março de 2022.

Felipe Rodrigues Beiral

Contador CRC 90.766

CNAI 2994



PARECER DO CONSELHO FISCAL

DO SICOOB CREDJUS

Em cumprimento à disposição estatutária, nós membros do Conselho Fiscal do **SICOOB CREDJUS** – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais Ltda., por meio virtual, através de videoconferência em grupo (whatsApp) no 10 de Fevereiro de 2022, no uso de nossas atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021 as demonstrações: de resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, o fluxo de caixa e demais documentos pertinentes às demonstrações contábeis acima referidas.

Os exames foram pautados e conduzidos em conformidade com as normas de contabilidade, com vista aos documentos e através de esclarecimentos prestados pela Contadora e pela Assistente Contábil do **SICOOB CREDJUS**, em reuniões realizadas mensalmente por este conselho no decorrer do ano de 2021.

Somos de opinião que os referidos documentos estão de acordo com a legislação e representa adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SICOOB CREDJUS**, razão pela qual opinamos favoravelmente pela sua aprovação sem ressalvas, e emitimos o seguinte PARECER DO CONSELHO FISCAL – Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal do **SICOOB CREDJUS**, tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, somos de parecer que as mesmas demonstram com fidelidade a situação patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB CREDJUS**, assim sendo, somos de parecer que os mesmos devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 10 de Fevereiro de 2022.

JOSÉ NELSON MACEDO

Coordenador do Conselho Fiscal

CHARLES DOUGLAS DE MAGALHÃES

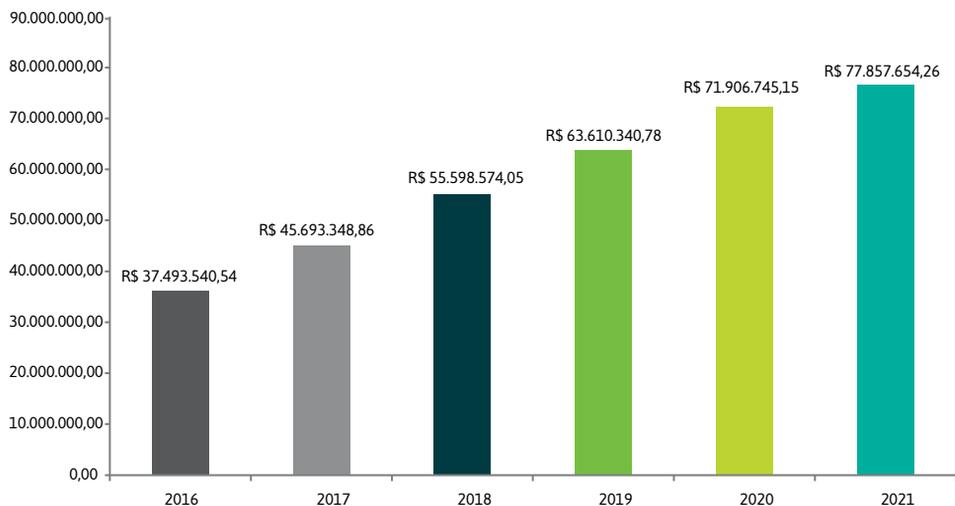
Conselheiro Fiscal

MARIA DE FÁTIMA MAGALHÃES ROCHA

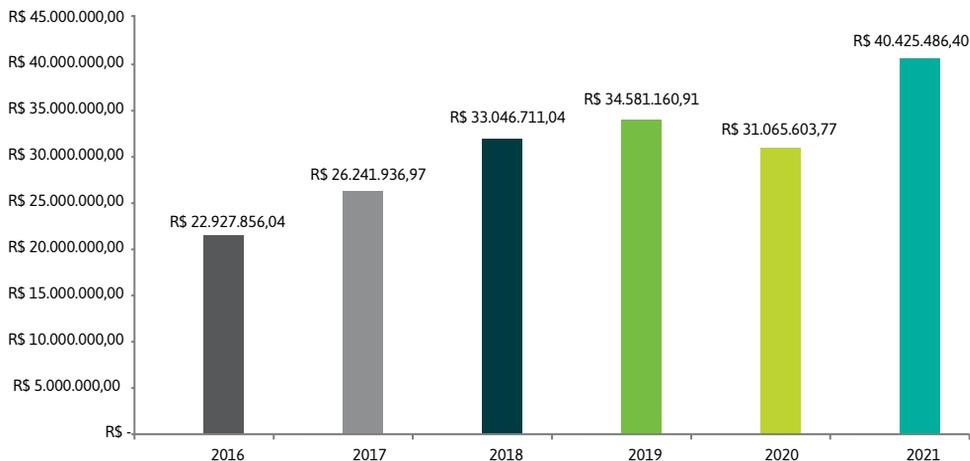
Conselheira Fiscal

GRÁFICOS

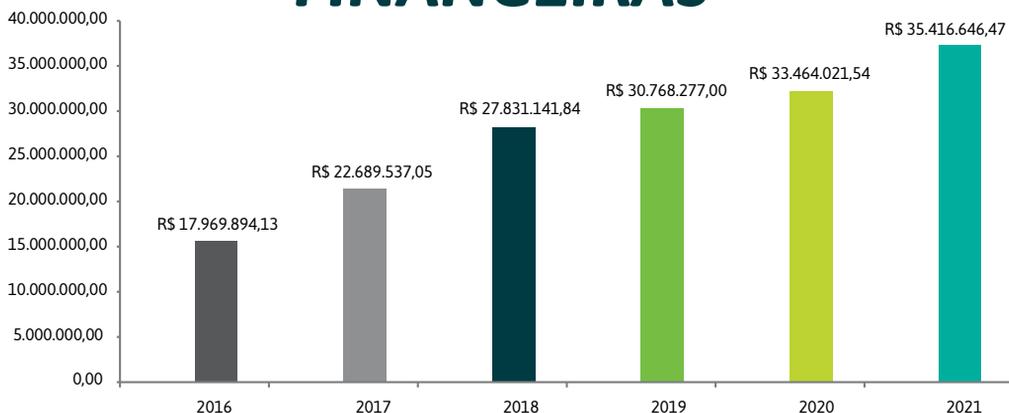
EVOLUÇÃO ATIVO



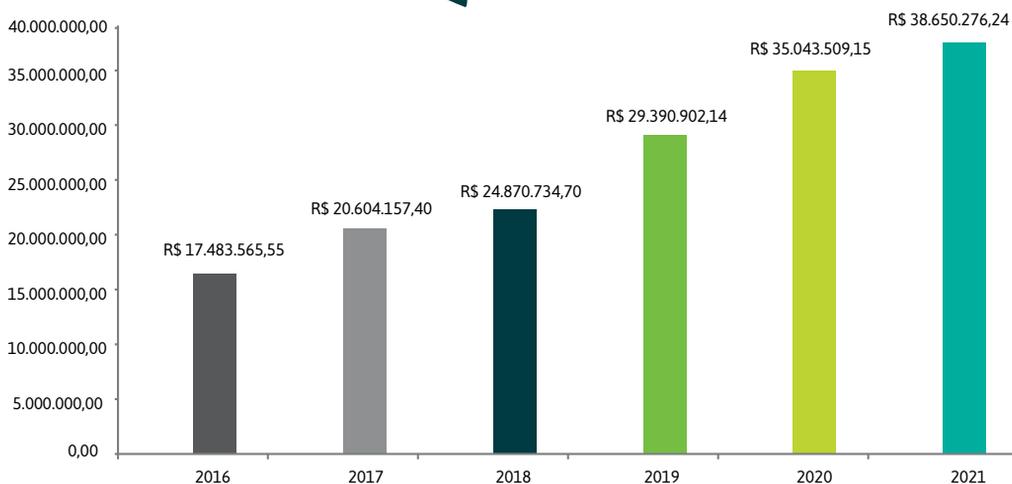
EVOLUÇÃO OPERAÇÕES DE CRÉDITO



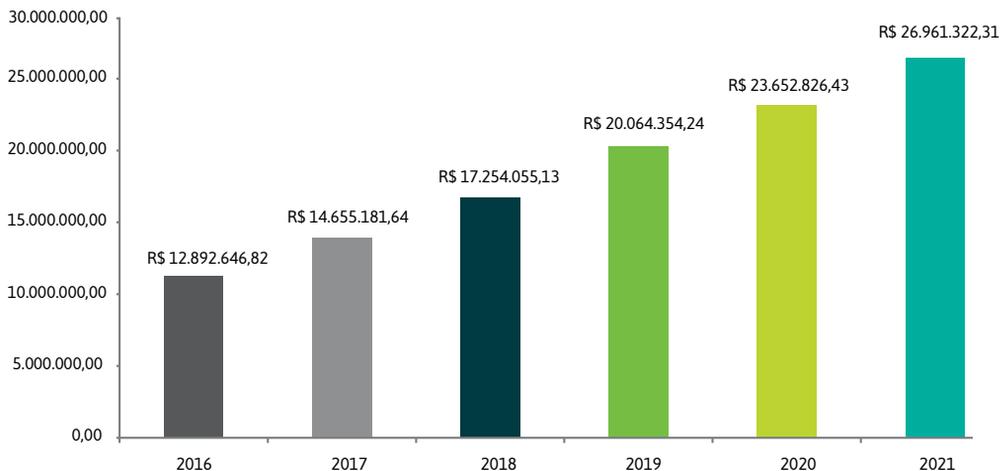
EVOLUÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS



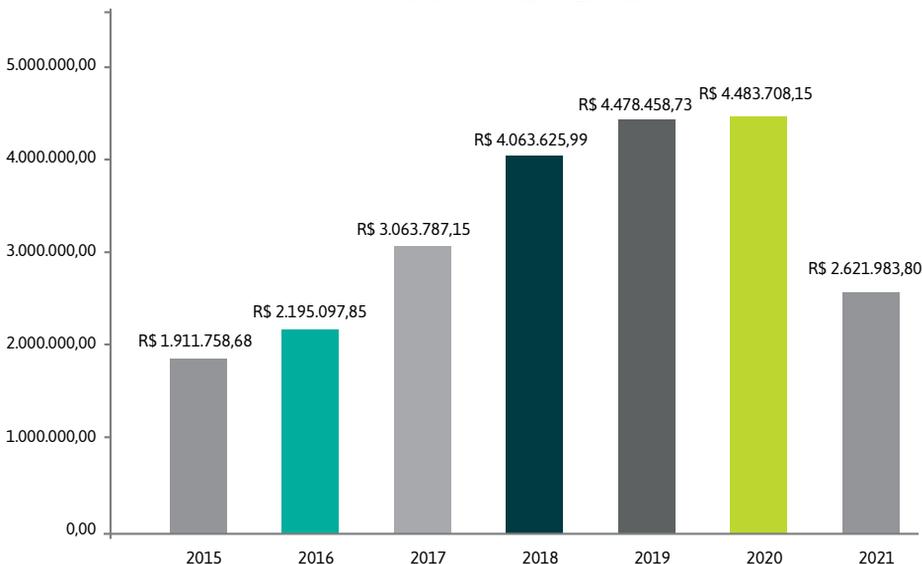
EVOLUÇÃO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



EVOLUÇÃO CAPITAL SOCIAL



SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO



MGR - MONITORAMENTO E GESTÃO DE RISCOS

CLASSIFICAÇÃO	SIGLA	INÍCIO	FIM
Baixo risco longo prazo	BRLP	25	44
Baixo risco médio prazo	BRMP	45	59
Médio risco longo prazo	MRLP	60	69
Médio risco médio prazo	MRMP	70	79
Médio risco curto prazo	MRCP	80	89
Alto risco médio prazo	ARMP	90	109
Alto risco curto prazo	ARCP	110	150

MATRIZ DE RISCO

MÊS	SIGLA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
12/2021	SICOOB CREDJUS	40	Baixo risco longo prazo
11/2021	SICOOB CREDJUS	39	Baixo risco longo prazo
10/2021	SICOOB CREDJUS	39	Baixo risco longo prazo
09/2021	SICOOB CREDJUS	39	Baixo risco longo prazo
08/2021	SICOOB CREDJUS	35	Baixo risco longo prazo
07/2021	SICOOB CREDJUS	33	Baixo risco longo prazo
06/2021	SICOOB CREDJUS	33	Baixo risco longo prazo
05/2021	SICOOB CREDJUS	32	Baixo risco longo prazo
04/2021	SICOOB CREDJUS	30	Baixo risco longo prazo
03/2021	SICOOB CREDJUS	30	Baixo risco longo prazo
02/2021	SICOOB CREDJUS	30	Baixo risco longo prazo
01/2021	SICOOB CREDJUS	28	Baixo risco longo prazo



(31) 3295-0461 |  (31) 9 8792-1332

www.sicoobcredjus.com.br

 @sicoobcredjus